

**O Futebol no Brasil e na Espanha (1964-1975):
Preâmbulo da conjuntura política**

LUIZ CARLOS RIBEIRO DE SANT'ANA¹

O trabalho que trazemos para este XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA insere-se no conjunto de nossos esforços para a produção de nossa tese de doutoramento, que está sendo realizada no âmbito da UFRJ/IFCS, Programa de Pós graduação em História comparada. Essa pesquisa intitula-se: *Cinema, Futebol e Ditadura: Brasil e Espanha: 1964 / 1975*. Pois bem, para esta ANPUH apresentaremos um preâmbulo da conjuntura política em ambos os países, no corte cronológico selecionado (1964-1975). É a partir desse quadro mais amplo que estudaremos as fitas relacionadas ao futebol e filmadas nesse intervalo de tempo.

Diante do período assinalado, qualquer bom observador pode constatar, quase imediatamente, a vigência de dois regimes ditatoriais nos dois países. Com uma mínima noção da cronologia também fica evidente que a faixa temporal recortada encerra, de um lado, os 11 anos finais do governo de Francisco Franco e, de outro, os 11 anos iniciais da ditadura militar no Brasil. Isto posto, o que se segue são observações quanto a traços marcantes e aspectos destacáveis nos dois regimes, durante esses anos. Entabularemos esses elementos de modo comparado e sintético. Por fim, explicitaremos dois eixos comparativos ao qual pudemos chegar e frente aos quais partiremos para a observação de nossa matéria prima, o futebol filmado no Brasil e na Espanha.

A historiografia relativa ao Franquismo e à Ditadura brasileira é bastante considerável. Nelas, alguns pontos básicos podem ser realçados. Iniciemos pela caracterização da natureza desses regimes. Referentemente ao período sob a liderança de Franco há um grande rol de possibilidades classificatórias. Alguns o definem como um “totalitarismo”, outros burilam essa opção pela variante de um “totalitarismo católico”. Outras preferências se dividem entre um “autoritarismo tecnocrático” ou

¹ O autor é doutorando do Programa de Pós graduação em História comparada (PPGHC) do IFCS, UFRJ.

fundamentalmente como um fascismo. Duas observações podem ser extraídas dessa discussão: primeiro e sob qualquer prisma, tratou-se de uma ditadura; em segundo lugar fica questão se se pode qualificar esse regime de um só modo válido para os quase quarenta anos de sua extensão. Esse ponto é abordado pelos autores a partir de algumas constatações consensuais, tais como a evidente inflexão ocorrida no pós-guerra e à dinâmica das forças componentes do bloco político franquista, que variam nas suas possibilidades de influência, força e presença ao longo do exercício do poder (Ver SARTORIOS & ALFAYA, 1999: p.13-15; DIAZ, 1992: p.12; SILVA, 2000: p.126).

No que tange à nossa própria experiência, o debate é um pouco menos acirrado, mas também não é de todo consensual. A mesma caracterização mínima como uma ditadura é parte assumida pela grande maioria da produção historiográfica. A par dos esforços do regime do pós 1964 de manutenção do Congresso (pela maior parte do tempo) e de algumas das instituições inicialmente liberais (eleições para cargos legislativos) e da rotatividade auto estabelecida pelos generais presidentes (seis oficiais presidentes e duas juntas provisórias das forças armadas, ao longo de vinte anos), o caráter discricionário constitui uma marca indelével da intervenção militar entre 1964 e 1985. Uma discussão é perceptível quanto à maior ou menor militarização na estrutura do poder. Há aqueles que preferem a denominação “ditadura civil militar”, para enfatizar o grau de intercâmbio e entrelaçamento de interesses entre militares e setores civis. Outros optam por manter a expressão “ditadura militar”, pura e simples; sem negar as bases civis dos setores vencedores em 1964, preservam essa nomenclatura por conta da preponderância militar na condução e tomada de decisões no decorrer dos sucessivos governos fardados (FICO, 2004: p.77-87; GASPARI, 2002(a): p.21-42).

Há uma curiosa, porém compreensível coincidência, no que diz respeito às causas da deflagração dos movimentos insurrecionais. As forças subversivas (lembremo-nos que a subversão inicia-se com os levantamentos militares na Espanha e no Brasil, uma vez que ambos se rebelaram contra poderes democrática e constitucionalmente empossados) da península e do Brasil deram início e corpo à contestação armada a partir da alegação de reação a um golpe vindo das forças contrárias. Ou seja, ambos os movimentos teriam tido um caráter “preventivo”. Há,

evidentemente, muita contestação a esse pressuposto(FONTANA, 1986: p.11; DELGADO, 2009: p.134-35).

Não obstante, todo regime precisa de legitimação; de produção de graus de consenso. Como as respectivas ditaduras, uma vez empossadas, atuaram nesse sentido? Da instauração ao fim do Franquismo, os liderados do “generalíssimo” ancoraram sua autoridade e legitimidade no fato da vitória militar e no “sangre de los caídos”. Diante da brutal realidade da guerra civil que dividiu a Espanha, de 1936 a 1939 (e para muito além), o trunfo do resultado foi lembrado por todo o período posterior. Aos vencedores, o botim e o comando. Frente às contestações, o reforço veemente da manutenção do rumo básico e a lembrança que os mártires de Espanha não tombaram em vão. Esse cruento embate adquiriu, ademais, um caráter de guerra santa (com as bênçãos da Igreja Católica) e de salvação nacional. Esse seria um viés permanente e crucial. A ele somam-se, com o tempo, as moderadas e mesmo tímidas iniciativas de liberalização do regime, acrescidas do abandono do isolacionismo autárquico, levado a cabo entre 1951 e 1955. Na década de 1960 a ditadura se beneficiará do inédito crescimento econômico, calcando, também nesse ponto, a justificação de sua existência e permanência. Tratava-se da segunda onda salvacionista. O franquismo já havia garantido a eternidade da verdadeira Espanha, “Una, e livre [!]”; agora era a hora de corroborar a grandeza ibérica”(CARR & FUSI, 1979: p.11).

Entre nós a história foi um pouco diferente. A vitória militar não se deu a partir do saldo positivo em uma guerra civil. A tomada do poder foi (em termos bélicos), um passeio de tropas (com tensões e incertezas, mas com um resultado conquistado na marcha e não na peleja). De qualquer modo, o jurista adotado pelo novo regime não teve dúvidas em assentar o poder político no fato “revolucionário”; foi este que, juridicamente, acabou sendo invocado para o estabelecimento do “poder constituinte (...) inerente a toda Revolução”. No que tange ao recurso da manutenção de aparatos liberais, o Regime foi pródigo e preocupado. Esse aspecto chegou a ser bem destacado por parte da historiografia. Há realmente uma estratégia de apresentação pretensamente liberal por parte dos governos militares e, inclusive, na decisão de não personalizar, por tempo indeterminado, a “cara” do regime em um único general-comandante. Evidentemente essa preservação institucional era precária e foi sucessiva e

diferencialmente solapada por atos institucionais, cassações, pela repressão física direta, por mudanças bruscas e casuísticas nas regras do jogo (pacote de 1974...) etc. (GASPARI, 2002(b)).

A institucionalização da violência consiste num ponto igualmente comum aos dois regimes. Trata-se da incorporação da mesma na ‘rotina da gestão’ dos sistemas sob exame. A distinção novamente reside na dimensão. A atribuição de aproximadamente 175 mil mortes (após a guerra civil!) na Espanha é incomparável, quantitativamente, aos números que expressam a truculência física do Estado brasileiro. De qualquer maneira, o enfronhamento dos órgãos repressivos, suas políticas e capacidade de influência nos governos é relevante e suficientemente documentada. A ação contrária, as contraposições armadas, também se constituíram em parte do espectro político a ser combatido pelo franquismo e pela ditadura militar brasileira. No primeiro caso com um forte componente nacionalista/separatista (SEIXAS, s/d).

Vejamos agora, algo sobre política econômica. Nesse campo, em Espanha, há momentos razoavelmente bem demarcados. Claramente podemos divisar um período inicial marcado pela economia de guerra e pela orientação autárquica, prevalecente até fins da década de 1940. Na sequência, de 1950 até 1959, verifica-se um considerável aumento do ritmo de crescimento e uma certa liberalização econômica. Como já afirmamos, nos primeiros cinco anos dessa fase há uma reabertura de Espanha ao restante do mundo, com a normalização e incremento de relações políticas e econômicas. Em 1959 verificamos uma política específica, com um Plano de Estabilização. Este é considerado o ponto crucial da mudança de tendência, consagrando a abertura e liberalização antecedente, radicalizando-a e criando as condições para o posterior crescimento. Durante a década de 1960 até 1973 descortina-se o boom espanhol, com taxas inéditas de crescimento. De 1973 ao fim do regime os espanhóis enfrentam a crise que apresenta aspectos internacionais (SEIXAS, s/d).

Pois bem, relativamente ao Brasil e à política econômica adotada durante o período ditatorial, os economistas José Carlos de Assis e Maria da Conceição Tavares distinguem quatro períodos básicos. Vamos ver, rapidamente, o que é mais expressivo.

Inicialmente, a Ditadura coloca o comando da economia nas mãos da dupla Otávio Gouvêa de Bulhões (Fazenda) e Roberto Campos (Planejamento). Todo um conjunto de medidas são tomadas no sentido do controle e diminuição da inflação, do saneamento fiscal, do achatamento salarial (por intermédio, por exemplo, do impedimento de manifestações trabalhistas e da concessão de aumentos), da criação de instrumentos de controle financeiro (são dessa época o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil e a Correção Monetária. (TAVARES & ASSIS: 1986: p.12 a 25).

De um modo bem geral, o que talvez nos interesse mais é anotar que esse primeiro período foi de colocação de ordem na Casa. Uma ordem que fazia sua opção pela contenção de salários, abertura para o capital externo e para a concentração da renda. O primeiro resultado foi o de uma diminuição parcial da inflação, elevação da receita fiscal e diminuição do déficit público (TAVARES & ASSIS: 1986: p.22).

De 1968 a 1973 inaugurar-se-ia uma nova fase. É o período conhecido como o do “milagre brasileiro”, o qual se caracterizou por altas taxas de crescimento do PIB (alcançando a incrível média de 10% ao ano, e o inédito patamar de 14% em 1973). Corresponde, em boa parte, à época sob domínio do ministro da Fazenda, Delfim Neto. Nesse último ano (1973) o sonho termina. Por conta de uma crise econômica internacional (a chamada crise do Petróleo, quando o preço do barril salta de U\$ 3,01 para U\$ 11,56 entre outubro e dezembro) e o desgaste do modelo interno, o milagre acaba (MENDONÇA, 1988: p.91-102; DINIZ & LIMA Jr., 1986: p.37).

É de se chamar a atenção ao menos para dois elementos imediatamente vinculados à direção econômica dos *anos de chumbo* (ou “anos de ouro”, conforme provoca Janaína Martins: CORDEIRO, 2009) e que se estendem para além deles. Referimo-nos ao salto de quantidade e qualidade na capacidade produtiva da economia brasileira (MENDONÇA & FONTES: 1994: p.28-30; 53) e ao respectivo problema da dívida, uma questão pujante para a chamada “Nova República”, a partir de 1985. Os números, ao fim do período, são impressionantes. O montante da dívida entre 1946 e 1964 variou em torno de 2 e 2,5 bilhões de dólares. Uma oscilação bastante razoável e administrável, ao longo de 20 anos. Desses US\$ 2,5 bilhões de 1964 salta-se para US\$

12 bilhões em 1973; US\$ 43 bilhões em 1978 e US\$ 60 bilhões em 1980 (KRISCHKE, 1982: p.134).

Em termos de ideário, o que moveria esses regimes? A vitória do bloco Franquista fez-se em nome da recolocação da Espanha no seu rumo certo. Esse rumo era reconhecido como fundamentalmente católico, nacionalista (de um grau de nacionalismo que não admitia a hipótese de nenhuma cessão, mesmo mínima, de autonomia e/ou reconhecimento de outra unidade que não fosse a da Espanha) e anticomunista. Tratar-se-ia, pois, de acrescentar à ação militar um caráter de “guerra santa contra la anti-España”; uma verdadeira tarefa de “salvación nacional” (CARR & FUSI, 1979: p.28; CORTÁZAR & VESGA, 1997: p.420-27). Dessa maneira, ganhou força a idéia de uma “cruzada” para resgatar o país da ruína de um governo “inspirado por ideologias extranjeras y formado por una banda de políticos incompetentes que anteponían los intereses de partido a la pátria” (CARR & FUSI, 1979: p.11).

Segundo esses dois autores, a guerra civil foi “la última de las guerras religiosas de Europa, y fue también, grosso modo, uma guerra de clases” (CARR & FUSI, 1979: p.14).

E no Brasil? Registremos algumas notas acerca do ideário do Regime, se é que podemos assim falar. Até porque o movimento de 64 não apresentou um perfil de idéias mais ou menos definidas, constituindo-se muito mais em uma frente de todos que se contrapunham ao governo de Jango, ao seu programa de Reformas e ao receio da instauração de uma “república sindicalista”, que colocasse em questão o direito à propriedade e/ou restrições a interesses econômicos nacionais e internacionais (GASPARI, 2002(a): p. 138).

A par de um conjunto de premissas moralizantes, típicas de um alinhamento conservador que incluía entre seus aliados a Igreja e a moral cristã e que suscitava rampantes apaixonados pela probidade, moralidade e defesa da família (peças discursivas que tiveram seu papel no dia-a-dia da convivência com a ditadura (FICO, 2004: p.109-13), a única coisa que parecia com uma base ideológica seria a chamada Doutrina de Segurança Nacional. Sua maior propagadora era a Escola Superior de Guerra, fundada em 1949. Tratava-se, desde seu início, de um projeto inspirado e

apoiado pelo exército americano, com o qual a relação era próxima. A idéia básica é que tudo se subordinava ao princípio da segurança. Em caso de ameaça nacional (interna ou externa) cabia a ação das forças armadas. Essa seria a justificativa alegada quando do golpe. Essa concepção, profundamente marcada pelo anticomunismo, incluía ainda a necessidade imperiosa de incentivo ao desenvolvimento nacional, visto como a forma mais segura e eficaz de prevenção contra ataques subversivos. Se a economia crescesse, gerasse empregos, a insatisfação e a “subversão” não teria espaço. Com o crescimento acelerado entre 1968 e 1973, que vinha ao encontro dessa diretriz, muitos chegaram a sonhar com a construção do Brasil como uma grande potência militar e política (Conforme DREIFUSS: 1981: p.79; 115-16; MENDONÇA, 1988: p.114-15; DINIZ& LIMA, 1986: p. 37). O Serviço Nacional de Informações (SNI), criado logo em junho de 1964, também deve ser entendido sob essa máxima da Segurança Nacional (sobre o SNI, suas funções e variações ao longo do tempo, ver FICO, 2004: p.77-84).

Bom, quase não há limites para esse jogo de espelho que ora esboçamos. Vejamos apenas mais um emparelhamento entre Brasil e Espanha; um de tipo importante para nossos fins, uma vez que servirá de eixo básico para nosso esforço de análise comparativa quando partirmos para nossas fontes. Nesse sentido, passemos a contrapor um aspecto bastante caro aos dois regimes: a tarefa, assumida por ambos, de empreender um salto histórico rumo ao patamar dos países mais desenvolvidos do mundo, superando uma defasagem histórica reconhecida pelos dirigentes das duas nações. Começemos pelo Brasil.

De um modo ou de outro, conforme vimos vendo, o regime militar orquestrou importantes inflexões aos rumos econômicos da nação, durante os 20 anos em que se impôs no governo, associando seus esforços a um conjunto retórico com clara função legitimadora e com grande investimento em auto-propaganda. Sobre esse tema Carlos Fico apresenta um texto exemplar.

Em seu trabalho sobre a propaganda política da época da ditadura, Fico destaca a importância da mesma como “um momento privilegiado para o estudo *de uma tendência de longa duração no Brasil: a construção de uma visão otimista sobre o país.*” (FICO, 1997: p.19. Grifo nosso).

A ditadura reinventa, atualizando-o, um imaginário mais que secular acerca das potencialidades nacionais e de seu destino manifesto: o “ingresso ao ‘mundo desenvolvido’ ”(FICO, 1997: p.23). Fico observa: “*Situar o Brasil entre os grandes países sempre foi um desejo da elite brasileira(...)*”.

O golpe de 64, segundo seus executores, prossegue Fico, “viera para atuar em duas frentes”: a interna, restabelecendo a “ordem”, e a externa, recuperando o prestígio internacional do país” (FICO, 1997: p.23).

Com o desempenho econômico do “milagre”, de 1968 a 1973, essa antiga aspiração se estabelece sobre um sustentáculo real e visível, embora fugaz. Gesta-se, no processo, a imagem do Brasil grande potência -das mais caras e utópicas dentre as figuras trabalhadas pelo regime². Uma potência que evidenciava seu pleno desenvolvimento e não mais uma promessa. A oitava maravilha, digo, economia do mundo.

Foi diante de uma “acusação/constatação” de uma profunda crise moral e política -que estaria emperrando o Brasil- que o novo regime se instaurou. Sanada a crise, o país poderia, com uma direção firme e algumas “correções de rota”, alcançar o seu devido papel no cenário internacional (FICO, 1997: p.38 a 43). Nesse sentido, para os responsáveis por 64 (conforme análise da propaganda dos mesmos), o golpe “(...) deveria ser entendido por todos como o *marco de um novo patamar temporal*, qualificado e legitimado pelas conquistas que ia obtendo” (FICO, 1997: p.77. Grifo nosso).

Tratava-se, como esclarece Médici, em 1970, de entender a “revolução” como o “começo de um novo tempo”; período a partir do qual se inicia a “recuperação do ‘tempo perdido’ na busca de um futuro para o qual a nação estaria ‘predestinada’ ” (FICO, 1997: p.77). A “Revolução Gloriosa” (não confundir com a inglesa) ou “*redentora*”, estabeleceria, assim, um ponto de reinício; de regeneração nacional³.

² Para alguns aspectos econômicos da “megalomania do sonho de grande potência”, ver TAVARES & ASSIS, 1986: p.42 a 44. Para o “milagre brasileiro” ver artigo de Singer, P. I. , In: KRISCHKE (org.): 1992.

³ FICO, 1997: p 77; p.118 e 121. O partido criado pela “revolução”, não esqueçamos, chamava-se ARENA (Aliança *Renovadora Nacional*).

Constrói-se desse modo, um importante capital político do Regime, baseado na alegação de que o país teria deixado para trás a posição subdesenvolvida e adentrado no clube dos dez mais. Aqui não cabe minimizar as profundas inflexões econômicas levadas a cabo nessa fase da história nacional. Nosso problema consiste, primeiramente, em assinalar *a operacionalização orquestrada pelos dirigentes pós 1964, do tema da adequação confortável do Brasil no seio das nações mais desenvolvidas e modernas*. Em segundo lugar, até para relativizar, cabe apontar para o caráter seletivo e relativo do alcance da política econômico-social de então. Nesse sentido é sabido, por exemplo, que esse *ranking* não incluía os países do bloco socialista, e era medido principalmente pelo PIB. Tal critério não leva em conta elementos como o padrão de vida da população e os termos da distribuição da renda entre os cidadãos de uma comunidade nacional.

Concluindo. Frente à sempiterna questão das recorrentes modernizações, o regime que assume a condução do país no pós 64 recorreu à ousadia. Assumiu para si não somente a tarefa de um ajuste conjuntural modernizante (necessário frente à nova composição de forças, frente ao que muitos chamam de colapso do populismo e/ou crise de acumulação), mas se arvorou a protagonizar a consecução de uma missão histórica enunciada/ambicionada há muito por, no mínimo, uma parcela significativa da sociedade e Estado brasileiros: proceder ao salto histórico rumo ao pleno desenvolvimento: rumo à modernidade. A compra dessa tarefa está datada; não se encontra nos prólogos da “revolução”, mas situa-se um pouco além, após uma primeira fase de rearranjo das condições macro-econômicas e beneficia-se de condições internacionais de ampliação da oferta de crédito (MENDONÇA, 1988: p.99). Essa operação apresenta, ademais, uma essencial função legitimadora. Como não apoiar àqueles que, finalmente, despertariam o gigante adormecido em solo pátrio e o elevariam à estatura das maiores nações do mundo⁴?

Se essa auto-proposição era mais ou menos séria ou mais ou menos oportunista, torna-se menos importante para nossos fins. Fato é que ela foi *manifesta, estrutural* (estava baseada em uma real expansão quantitativa e qualitativa da economia e do mercado) e *estruturante* (mobilizou esforços políticos e econômicos, lutou pelos

⁴ Em 1970, em plena vigência do “milagre”, o senador Catete Pinheiro apresentou projeto para uma alteração na letra do hino nacional. Sairia “deitado eternamente em berço esplendido”, para entrar “atento aos desafios que enfrenta e vence” (conforme destacado em FICO, 1997: p.42).

corações e mentes, exaltando uma expectativa otimista - FICO,1997). Fez ou quis fazer acreditar na realização de nossas potencialidades como nação e o conseqüente emparelhamento do Brasil, como um igual, no seletto concerto das nações plenamente desenvolvidas; das nações modernas. Agora passemos para as vicissitudes espanholas, sobre o mesmo tema...

Em Espanha deparamo-nos com uma aspiração análoga quanto a um salto que correspondesse à transposição simbólica dos Pirineus, rumo ao pleno desenvolvimento. Uma conjunção de elementos tais como a própria proximidade com a Europa⁵, as potencialidades econômicas e demográficas, o histórico de grandeza (tema franquista, como seria de se esperar), *fizeram também em terras espanholas, nascer uma aspiração frequentemente acionada que vislumbrava o emparelhamento da Espanha, como um par, às nações congêneres européias (e aos outros poucos países plenamente desenvolvidos do Globo)*. A percepção e registro da literatura sobre esse ponto é rica e abundante. Discorramos um pouco a partir dos termos em que a encontramos.

Iremos recorrer inicialmente a DÍAZ (1992). Com este autor, podemos tecer algumas palavras quanto às possibilidades de diálogo da Espanha Franquista e da produção e temáticas intelectuais esquadrihadas por esse estudioso e, depois, compará-las com suas coetâneas no Brasil. Parece-nos que um bloco temático pode ser entabulado precisamente no que diz respeito a essa aspiração de superação de limites de desenvolvimento econômico e social...

Nas páginas de "Pensamiento español en la era de Franco", constatamos um tema que nos é caro (que é caro a toda uma trajetória do pensamento no Brasil⁶), qual

⁵ Não é provocação. Uma coisa que chama à atenção na literatura que trata do período, de procedência e trajetórias diferenciadas, é como nos deparamos, a todo momento, com a separação narrativa da Espanha e da Europa. Na bibliografia consultada, quando os espanhóis escrevem do restante do continente (com exclusão de Portugal, ou seja, para o além Pirineus) eles falam de "Europa". Ao leitor parece sempre que se trata de uma outra coisa. Quer dizer, é como se a Espanha não fizesse parte da Europa e que isso fosse quase consensual. *A Espanha se distancia da Europa, a Espanha se isolou da Europa, os espanhóis e os europeus, a resistência ao fascismo na Espanha e na Europa etc.* Os exemplos proliferam. Ver, como ilustração, MELO, 1989: p.61 e SARTORIUS, 1999, p.22;

⁶ CRUZ COSTA (1967), por exemplo, vai rastrear na literatura ensaística o que denomina de "a mais completa e desequilibrada admiração por tudo que é estrangeiro - talvez uma espécie de complexo de inferioridade que deriva da situação colonial em que por longo tempo vivemos" (p. 8). É com essa linha que interage uma recorrente visão "pessimista" quanto às possibilidades futuras do país (FICO, 1997: 27-29).

seja, a de um prolongado *complexo de inferioridade do espanhol* e, por assim dizer, da Espanha, frente às nações mais desenvolvidas da Europa. Essa atitude geraria, inclusive, chistes conhecidos como a repetida expressão de que a África começaria nos Pirineus (DÍAZ, 1992: p.133). Esse tema parece ser recorrente. Mas em que se baseava tal inferioridade?

Com uma explicação meio geográfica, CORTÁZAR & VESGA desenvolvem esse nexos. Conforme os mesmos, à Espanha caberia um lugar “específico”, uma “marca original”. Isso por conta da “terrível barreira dos Pirineus”, que “parecia condenar o território a fechar-se sobre si próprio”. Porém “não foi assim: os fluxos europeizantes conseguiram ultrapassar esta fronteira e albergar-se na Ibéria”, mas não sem o custo de *um recorrente “atraso”* e “com tantos acrescentos e mestiçagem que veio a impor uma *marca original* às criações hispânicas do mundo antigo e medieval”. Com o advento dos “meios de transporte modernos” nos séculos XIX e XX, esse estorvo físico acabaria por transformar-se em fronteira sociológica”. Foi assim que, “juntamente com a sua condição européia, a península se manteve presa ao continente africano”. Essa condição é responsável pela “especificidade cultural do âmbito peninsular, difícil de identificar com quaisquer categorias dos países desenvolvidos”(CORTÁZAR & VESGA, 1997: p. 22).

Em um avanço para 1986, os autores observam que a partir da recente “entrada na Comunidade Européia”, a Espanha minimizava sua “herança atlântica e mediterrânica”, na “*ânsia de apanhar o comboio da Europa*””(CORTÁZAR & VESGA, 1997: p. 23. A primeira edição desse livro é de 1993).

A inteligibilidade da propalada inferioridade, então, repousa nessa caracterização de um descompasso. Este desencontro alimenta uma “obsessão” (a de acompanhar a “Europa” - CORTÁZAR & VESGA, 1997: p. 23). CARR & FUSI também contribuem para o nosso entendimento da questão. No prólogo da obra realizada a duas mãos, comentam sobre uma peculiaridade de Espanha. Referem-se, é verdade, mais ao seu próprio tempo, o fim da segunda metade da década de 1970 e ao ambiente de reconstrução cultural após o peso constrangedor do franquismo. Não obstante, acabam apontando para um traço mais longo e multifacetado. Em suas palavras afirmam que

“Hay algo que es peculiar de España, ciertamente: la celeridad y la brusquedad del salto a la modernidad después de cuarenta años de conservadurismo oficial, católico, tradicional; el sobresalto cultural del súbito fin del ‘atraso’, esse rezagamiento social y cultural que há obsesionado durante tantos años a los pensadores españoles. En cierto modo, resulta simbólico de ese processo de recuperación del tiempo perdido (...)” (CARR & FUSI, 1979: p.10. Grifo nosso).

Essa imagem é suficiente por hora. Tratar-se-ia de um empreendimento duplo e simultâneo. Ajustar imediatamente o relógio de Espanha à contemporaneidade “européia”, a qual teria se afastada, dentre outras, por sua inicial concepção autárquica. Caberia mais, no entanto. Era caso de se correr atrás do prejuízo acumulado, imprimindo um ritmo mais forte que os demais (que não se encontravam parados, pois ninguém estanca nesse “mundo cada vez más rapidamente cambiante”) com vistas a recuperar “el tiempo perdido”. A demanda, a necessidade, deseabilidade e a oportunidade dessa tarefa dupla, não passou despercebida pelo regime, o qual chama para si (com maior ou menor grau de sucesso, oportunismo e proselitismo) a responsabilidade da mesma. Com esforços efetivos, com a propaganda adequada, *el Movimiento*, que protagonizou uma imediata e redentora ação de salvação nacional, conquistada com *el sangre de los caidos*, agora deveria também arcar com essa nova empreitada. A proeminência da iniciativa de um novo resgate, o da pretensa inferioridade relativa dos espanhóis poderia servir (e serviu de fato) para a manutenção e vivacidade das posições adquiridas. Com crescimento, modernização (atualização diante dos os fluxos internacionais contemporâneos) e, principalmente, com a progressiva diminuição do fosso que separava a “Espanha da Europa”, prometida a partir de uma aceleração inédita do desenvolvimento econômico em geral e industrial em particular, a legenda franquista de uma Espanha “Una, grande e livre” (!) incorporou toda credibilidade e legitimidade que conseguiu angariar.

Concluindo. Lidamos com dois regimes ditatoriais modernizantes, os quais, dentre outras, assumem a histórica tarefa de alçar seus respectivos países ao restrito clube das nações mais desenvolvidas do mundo. Este e demais aspectos aqui repassados conformam o espaço/tempo político e social básico a partir dos quais dar-se-á a produção fílmica sobre o tema futebolístico. Reconhecer, construir, estabelecer pontes

entre esse conjunto e os enredos e recursos expressivos do cinema que tematiza o futebol no período constituir-se-á em nossa tarefa. Os termos específicos desse diálogo nós deixamos para uma próxima oportunidade.

Bibliografia:

- . **CARR**, Raymond & **FUSI**, Juan Pablo. *Espanha, de la dictadura a la democracia*. Barcelona, Editorial Planeta, 1979.
- . **CORDEIRO**, Janaina Martins. “Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro - junho de 2009, p. 85-104.
- . **CORTAZAR**, Fernando Garcia de: *História de Espanha*. Lisboa, Editorial Presença, 1997.
- . **DELGADO**, Lucilia de A. N. *O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia*. In: Niterói, UFF, Revista TEMPO, n. 28, 2009.
- . **DIAZ**, Elias. *Pensamiento español en la era de Franco (1939 -1975)*. Madrid, Editorial Tecnos, 1992.
- . **DINIZ**, Eli & **LIMA Jr.**, Olavo Brasil. *Modernização Autoritária – o empresariado e a intervenção do Estado na Economia*. Brasília, IPEA/CEPAL, 1986.
- . **DREIFUSS**, R. A. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.
- . **FICO**, C. *Reinventando o Otimismo*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.
- . _____. *Além do Golpe – versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro, Record, 2004.
- . **FONTANA**, Joseph (org.) *Espanha bajo el Franquismo*. Barcelona, Editorial Crítica, 1986.
- . _____. “Introducción: Reflexiones sobre la naturaleza y las consecuencias Del franquismo”. In: **FONTANA**, Joseph (org.) *Espanha bajo El Franquismo*. Barcelona, Editorial Crítica, 1986.
- . **GASPARI**, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo, Cia das Letras, 2002 (a).
- . _____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo, Cia das Letras, 2002 (b).
- . **KRISCHKE**, P. (org.). *Brasil: do “milagre” à “abertura”*. São Paulo, Cortez, 1982.
- . **MENDONÇA**, S.R. *Estado e Economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

- . _____. & **FONTES**, Virgínia. *História do Brasil Recente* (1964/1984). São Paulo, Ática, 1994.
- . **MELO**, José Marques de. *Espanha: sociedade e comunicação de massa*. São Paulo, Summus, 1989.
- . **SARTORIOS**, N. & **ALFAYA**, J. *La memoria insumisa - sobre la dictadura de Franco*. Madrid, Editorial Espasa, 1999.
- . **SEIXAS**, Xosé M. Núñez. *La España de Franco*. Madrid, Cuadernos – Historia 16, n.51, s/d.
- . **SILVA**, F.C.T. “Do Golpe Militar à Redemocratização 1964/1984”. In: **LINHARES**, M.Y.(org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1996.
- . _____. "Os Fascismos". In: **REIS FILHO**, Daniel; **FERREIRA**, Jorge; **ZENHA**, Celeste (orgs). *O Século XX - o tempo das crises*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2000.
- . **TAVARES**, M. C. & **ASSIS**, J. Carlos. *O Grande Salto para o Caos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.